



PRIMEIRA MÃO

FUTURO DA DEMOCRACIA

Quando a política se cruza com crime e castigo

PS deu o dito por não dito e admitiu “vergonha” pelas acusações a Sócrates. Mas até que ponto conseguem os partidos renovar-se a si mesmos e ao sistema?

ÂNIA ATAÍDE E FILIPE ALVES

aataide@jornaleconomico.pt

“À Justiça o que é da Justiça, à política o que é da política”: Ao fim de três anos, o primeiro-ministro, António Costa, deixou cair o mantrá com o qual evitou pronunciar-se sobre a Operação Marquês e as acusações ao antigo primeiro-ministro José Sócrates e nada no PS será como antes.

Com o Congresso à porta, onde a sombra da corrupção poderia explorar, o PS preveniu-se e pisou terreno na ética partidária. O núcleo duro do partido mudou a estratégia de comunicação sobre os casos que envolvem antigos governantes a braços com questões judiciais, na semana em que se tornou público as investigações ao antigo ministro da Economia do governo Sócrates, Manuel Pinho, sobre o alegado recebimento de um milhão de euros do GES enquanto exercia funções governativas. Em declarações ao Jornal Económico, o comentador Luís Marques Mendes salienta ter “dificuldade em perceber do ponto de vista político porque é que Manuel Pinho não esclarece a questão específica se recebeu o dinheiro do GES, quanto recebeu se recebeu e porque”.

O silêncio de Pinho não foi bem recebido pelos socialistas e o líder parlamentar do PS, Carlos César, foi o primeiro a dar sinais de querer quebrar o silêncio. Seguiu-se o deputado João Galamba e, por fim, António Costa. A partir do Canadá, Costa disse, na semana passada, que se as “ilegalidades se vierem a confirmar serão certamente uma desonra para a nossa democracia”. Já esta semana no parlamento despiu a pele de primeiro-ministro para vestir a de cidadão e dar um passo atrás perante a pressão do PSD, para fugir do radar da oposição no tema. Mas a bancada laranja promete não desarmar sobre o tema, com vários deputados so-



CONCEIÇÃO GOMES
Coordenadora do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa



NUNO GAROUPA
Professor da Universidade do Texas A&M School of Law



LUÍS MARQUES MENDES
Ex-líder do PSD, advogado e comentador na SIC

ciais-democratas a exigirem a responsabilização política dos atuais governantes sobre o ‘caso Sócrates’, entre os quais o primeiro-ministro.

A exigência dos partidos políticos no combate à corrupção pode, no entanto, ser mais frágil do que o esperado, segundo Nuno Garoupa, professor da Universidade do Texas A&M School of Law: “a auto-regulação da classe política falhou. Evidentemente nenhum partido tem grande legitimidade no assunto neste momento. E não havendo qualquer ameaça externa ao cartel partidário, os partidos podem fugir destes assuntos sem temer penalização”. Para Garoupa “PS/PSD/CDS/PC/BE representam hoje menos 800 mil votos do que em 1995 e continuam a ser 229 deputados. Portanto o Parlamento representa hoje menos 800 mil votos do que em 1995 – não houve qualquer consequência disso, sendo a preocupação prioritária dos partidos que “a contestação ao regime seja canalizada para a abstenção e não para eventuais novos partidos que possam ameaçar o atual cartel”.

A opinião é partilhada por Luís Marques Mendes, que considera que os “partidos têm um sentido muito contraditório entre a teoria e a prática: estão muito decididos no combate à corrupção mas quando passamos do abstracto ficam muito complacentes. Os partidos a nível dos aparelhos não gostam destas questões, têm uma posição corporativa, porque todos têm telhados de vidro e têm sempre receio”. O comentador recorda a posição de censura que assumiu enquanto líder do PSD ao retirar das listas autárquicas os candidatos a Oeiras e Gondomar, Isaltino Moraes e Valentim Loureiro, respectivamente, “mesmo sabendo que ao tomar essa posição iria perder essas câmaras”.

Questionada se a luta contra a corrupção deve ter um maior empenho dos partidos políticos, a





Cristina Bernardo

coordenadora do Observatório Permanente de Justiça Portuguesa, Conceição Gomes, disse ao JE que “naturalmente o combate à corrupção deve estar na agenda dos partidos. O ónus do combate à corrupção não pode estar só no poder judicial, porque o poder judicial actua no após. É preciso prevenir através de acções muito concretas, com mecanismos mais activos”. Para Conceição Gomes “dada a natureza dos processos, a sociedade tem que exigir acusações robustas, condenações veementes, se os casos se provarem”.

“A dada altura parece que nos bastamos com este tipo de espectáculos [as imagens dos interrogatórios da Operação Marquês] e os processos vão sendo adiados e perdem-se durante dez anos, e começa-se a achar esta situação muito natural. E isto é que é perigoso: se daqui a 15 anos continuarmos a falar sobre isto sem saber bem o que aconteceu. É esse o debate que se deve fazer: a sociedade, os partidos políticos e o próprio poder judicial, é esse o debate que deve fazer”, defende.

Marques Mendes considera que “demorou uma eternidade para que algum partido tomasse uma posição sobre o caso que envolve o Manuel Pinho, por exemplo”. O Bloco de Esquerda quer passar a pente fino todo o processo das “rendas” da EDP, mas Marques Mendes antevê que “o inquérito não vai dar em nada”, embora frise esperar que a comissão proposta para analisar os CMEC seja “bem equacionada e não seja só uma manobra táctica”. E questiona: “há a proposta da comissão de inquérito aos CMEC e eu pergunto porque é que não há uma comissão de inquérito do comportamento de José Sócrates?”.

Judicialização da política?

Enquanto o país assiste pela primeira vez na história da democracia em Portugal à acusação de um antigo primeiro-ministro pela prática de corrupção e se avultam as perguntas em torno da conduta de altos decisores políticos e económicos, o debate sobre a judicialização da justiça ganha destaque.

A coordenadora do Observatório Permanente de Justiça Portuguesa, Conceição Gomes, explica que “o conceito tem sido utilizado para explicar fenómenos de transferência para o campo da justiça de questões de índole política. Isto foi uma mudança no perfil dos tribunais, cujas competências têm sido chamadas a interferir em questões de processo de decisão. A outra vertente é quando os tribunais investigam ou condenam grandes decisores políticos. O que está em causa são condutas que a lei considera condutas criminais e muitas vezes ac-

ções políticas. São fenómenos com que os tribunais se confrontam há três e quatro décadas e é preciso ter ferramentas do ponto de vista da capacitação”.

Se Conceição Gomes considera que o fenómeno resulta de um aprofundamento de mecanismos de controlos e uma maior exigência social no combate à corrupção e criminalidade económica, Nuno Garoupa responsabiliza a classe política. “A judicialização política resulta de dois fenómenos, exclusivamente da responsabilidade da classe política. Primeiro, a delegação para os tribunais de questões sensíveis e complexas que o poder político não quer enfrentar - questões sociais, mudanças de valores, papel do Estado. Segundo, o fracasso da auto-regulação da classe política que permitiu e tolerou corrupção, conflitos de interesse, acumulação ilegítima de património e deixou que os partidos se transformassem em meras agências de emprego e de riqueza fácil”, diz.

As consequências, porém, fazem-se sentir na credibilidade do sistema perante os cidadãos. “Apenas uma percentagem dos cidadãos alguma vez teve contacto com o sistema de justiça, seja na qualidade que for, então, muitas das percepções dos cidadãos não são do contacto directo mas daquilo que ouvem. A mensagem que continua a ser passada é a dos grandes processos, que acabam por se tornar um símbolo da justiça e representam uma ínfima parte da mesma”, defende Conceição Gomes.

Se os mega-processos que envolvem altas figuras do Estado e agentes económicos são um teste de fogo à solidez das instituições, poderão ser também o retrato de um momento pós-democrático?

O conceito foi proposto pelo sociólogo britânico Colin Crouch (ler entrevista na página 8), no início do milénio: um sistema onde os pressupostos básicos da democracia existem – eleições livres, separação de poderes, liberdade de expressão – mas cujo processo de decisão se encontra refém de uma pequena elite política e económica, cujas decisões são tomadas em benefício próprio e não representam os interesses dos cidadãos.

Nuno Garoupa tem reticências sobre a aplicação à realidade portuguesa da ideia desenvolvida por Crouch. “A democracia é um conjunto de diferentes formatos institucionais. A “nossa actual” democracia é um apenas um desenho possível. Não é o único. E nem sei se é o desejável. O enfraquecimento das instituições em Portugal, como noutros países, não quer dizer que haverá uma “pós-democracia”, mas apenas outro desenho das instituições democráticas”, defende. ●